

PORTUGAL ATUAL: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

PORTUGAL TODAY: BETWEEN PAST AND FUTURE

António Pinto da Cruz

Escola Secundária António Damásio, Agrupamento de Escolas Santa Maria dos Olivais, Lisboa, Portugal

Martins, M. L. (2021). *Pensar Portugal – A modernidade de um país antigo*. UMinho Editora.

1.

Em novembro de 2021, Moisés de Lemos Martins (2021) publicou *Pensar Portugal - A Modernidade de um País Antigo*. O autor é professor catedrático jubilado de ciências da comunicação da Universidade do Minho, dirigiu até 2022 o Centro de Estudos da Comunicação e Sociedade, que fundou, em 2001, e dirigiu o Museu Virtual da Lusofonia, que criou, em 2017. Foi diretor de várias revistas científicas e presidente de diversas associações científicas da sua área académica. O livro que agora publicou, juntando-se a vários outros que escreveu, permite-nos colocar Moisés de Lemos Martins numa longa tradição constituída por relevantes autores, que elegem Portugal como seu objeto de análise. Refiro-me a uma tradição em que encontramos Antero de Quental (1979), Teixeira de Pascoaes (1920), Jorge Dias (1961), Fernando Pessoa (1978), António Sérgio (1981), Barradas de Carvalho (1981), Miguel Torga (1965, 1980), Manuel Antunes (2005), Eduardo Lourenço (1978, 1990, 1999), José Mattoso (1985, 1998), José Gil (2004, 2009), Gilbert Durand (1997) e Miguel Real (2017).

2.

Pensar Portugal apresenta-nos uma rica moldura conceptual e um excelente aparato crítico presente no debate de ideias com autores contemporâneos, nas notas de rodapé e na extensa bibliografia. O livro tem uma estrutura singular, organizando-se em seis partes temáticas que são de facto relevantes para pensar Portugal, hoje, e em que se inserem diversos ensaios já publicados em vários órgãos de comunicação, precedidos, em cada parte, por um capítulo que estabelece o enquadramento, teórico e metodológico, de cada conjunto de ensaios.

As seis partes temáticas do livro tratam de “Portugal e a Europa” (Parte 1), “Portugal e o Espaço Lusófono” (Parte 2), “À Sombra da Igreja” (Parte 3), “A Liberdade” (Parte 4), “A Cidadania e a Democracia” (Parte 5), “Ciência, Universidade e Política Científica” (Parte 6).

Cada uma destas seis partes oferece-nos, então, como vimos, um interessante capítulo a enquadrar teórica e metodologicamente os ensaios que se seguem apresentados como crónicas. Estes capítulos têm os seguintes e sugestivos títulos: “A Representação da

Identidade” (1.1); “A Lusofonia e o Desafio de uma Circum-Navegação Tecnológica” (2.1); “O Catolicismo e a Construção da Identidade Nacional” (3.1); “O Imaginário Salazarista: O Passado Como Se Fora Presente” (4.1); “Para uma Nova Teoria dos Média, do Espaço Público e da Opinião Pública” (5.1); “A Liberdade Académica e os Seus Inimigos” (6.1).

Os textos académicos e os ensaios exprimem um propósito geral, colocado no objetivo comum de um pensamento sobre Portugal (p. 13):

a sua modernidade, e também muitas das suas indefinições e bloqueios; o quotidiano das suas gentes; a sua língua e a religião; as vicissitudes da democracia, no decurso dos séculos XX e XXI; o passado e a memória coloniais; o imaginário europeu e o imaginário lusófono; e, ainda, a universidade e a política científica. (p. 12)

Todavia, os ensaios dos três últimos capítulos, “são, muitas vezes, mais do que meros ensaios de ciências sociais e humanas, chegando a erguer-se, em clamor, contra a desvitalização da ideia de democracia, e também contra uma política científica, que dispensa as humanidades e as ciências sociais” (p. 17).

Pensar Portugal apresenta uma singular organização sistemática de textos já publicados e tem uma outra particularidade no facto de constituir uma entrega do legado intelectual do seu autor, ao oferecer-nos o seu universo temático e bibliográfico iniciado com *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* (Martins, 1990/2016). A investigação de Moisés de Lemos Martins tem como objeto os temas que, neste livro, constituem o seu sistema: Portugal, sempre, e a Europa como a sua matriz; Portugal, também ele, na sua dimensão matricial do espaço lusófono; Portugal e a instituição da Igreja; a liberdade e o salazarismo; a cidadania, a democracia e os média; a universidade, a ciência e a política científica; e a compreensão do mundo contemporâneo.

3.

A Introdução apresenta-nos o ponto de vista adotado no livro, que “não é propriamente filosófico, nem estético, nem político”, mas “um exercício de compreensão do mundo contemporâneo, tendo as ciências sociais e humanas como enquadramento teórico” e tendo “em conta o trabalho de ensaístas, filósofos e escritores” (pp. 11–12). Os ensaios filiam-se “no reconhecimento de um pensamento da prática, e também no reconhecimento da importância do imaginário em toda a estruturação social” (p. 12). Os textos académicos, que enquadram os ensaios, como os próprios ensaios “exprimem um propósito geral, que é o do horizonte comum de um pensamento sobre Portugal, sobre a sua história, o seu imaginário e a sua modernidade”, interrogando “as representações sociais da vida em comunidade” (p. 13).

O primeiro texto académico fala-nos da identidade já anteriormente tratada em livro, em *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (Martins, 1996). A identidade de um país constrói-se nas suas instituições entendidas como “uma realização do coletivo” (Bessis, 2009), como oferecendo aos seus membros “a possibilidade de reconhecimento mútuo” (de Munck, 1999) e como um espaço relacional, dialético,

quiasmático, do mesmo e do outro, da inclusão e da exclusão, da atividade instrumental e da atividade comunicacional. As instituições estão subjacentes em todo o livro quando se fala da língua, da Igreja, do Estado, dos média e da universidade, e são objeto de múltiplas e interessantes abordagens já longe da vulgata anti-institucional que foi aplicada à escola “caserna” ou ao hospital “totalitário” (Dubet, 2002), noutras paragens.

O segundo texto trata de propostas do envolvimento em assuntos relativos à língua portuguesa e à lusofonia num espaço relevantíssimo, transcultural e transnacional, em “circum-navegação tecnológica” através de sites, portais, redes sociais, repositórios e arquivos digitais, assim como de museus digitais (p. 55), concorrendo “para a construção de comunidades lusófonas, sejam elas culturais, artísticas ou científicas” (p. 57). Encontramos aqui um ponto de vista estratégico de primeira importância para encarar a lusofonia de que se devia cuidar.

O terceiro texto académico ocupa-se do comportamento da Igreja comprometida com o regime do Estado Novo e da Igreja anti-salazarista, fazendo “ainda uma incursão no entendimento que José Saramago tem da herança cristã de Portugal” (p. 14).

O quarto texto coloca a questão da liberdade como questão dominante da atual condição democrática da nação portuguesa, ainda não liberta de alguns sintomas do passado que exigirão uma universidade (escola) que ensine cidadãos de Portugal e do mundo, competentes, solidários, cultos, críticos e sóbrios.

O quinto texto trata da cidadania e da democracia e do papel que os média apresentam na configuração destas. O autor debate, então, aquilo a que chama de “uma nova teoria dos média, do espaço público e da opinião pública” (pp. 15–16) e constata (advoga) a passagem de uma racionalidade discursiva para uma racionalidade centrada na imagem por força das tecnologias da informação, comunicação e lazer, uma passagem da palavra para o número e a imagem, do pensamento para a emoção, da ideologia para a sensologia, de um horizonte de comunidade humana para o nacionalismo e o tribalismo (p. 16). Estamos perante mais um robusto texto em que o seu autor dialoga com os mais importantes autores contemporâneos na temática em causa. A este propósito vale a pena referir que também aqui temos de evitar o dualismo razão/emoção, pensamento/emoção e de resistir à passagem “de um horizonte de comunidade humana” saído das luzes ou de diversas utopias para “o nacionalismo e tribalismo” de sociedades que considerávamos que jamais viriam a possibilitar a presença “de certos exemplares” a governar os seus países e que pensávamos não mais ver depois de tanta tragédia. De referir ainda que um autor citado neste e noutros textos, Gilles Deleuze (1990), defende que o trabalho da filosofia “é de criar novos conceitos” (p. 48) o que, no presente, temperaria a liquidez mental da opinião que “pensa mal, não pensa” (Bachelard, 1938/1996, p. 18).

A imagem acompanhada de emoção pode levar a que, quem a recebe, pratique ações desprovidas de racionalidade e as pratique pelo facto de a imagem e o sentir serem a única justificação. Sabemos hoje, de acordo com António Damásio (2020), que o sentir é uma dimensão que, na evolução do vivo, se articula com o ser e com o saber. A vida tem, no início, o ser (protocelular e celular), passando pelas fases do sentir e do saber. Esta referência ao sentir na evolução filogenética e ontogenética da vida e dos seres

humanos apenas mostra a relevância do sentir, sabendo que a sensologia de que fala Moisés de Lemos Martins se situa, com pertinência, num outro fenómeno também ele universal, mas tecnológico e numérico.

O sexto texto tem um título corajoso “A Liberdade Académica e os Seus Inimigos”, onde se trata da atual cinética do mundo e da universidade, sabendo que se trata de cinéticas diferentes: o mundo, padecendo de uma diagnosticada aceleração e de uma inexorável mobilização tecnológica para o mercado, que está a tomar conta do mundo escolar (universitário), que, por seu lado, requer um tempo lento e longo. O autor afirma:

mas o que vemos, agora, é a ideia de *marketing* ser aplicado ao sistema de ensino. Trata-se de a universidade colocar no mercado produtos com forte probabilidade de serem comprados. E daí decorre que o ensino seja convertido em comércio, os professores se tornem profissionais de serviços e consultores. (p. 242)

A governação das universidades passa a assumir modelos “gerencialistas e economicistas” e a universidade em si mesma torna-se objeto de uma racionalidade que lhe é estranha, uma racionalidade instrumental.

Este texto merece ser articulado com dois livros. Um é o livro de Bill Readings (2000/2003), professor da Universidade de Montreal, intitulado *A Universidade em Ruínas*, onde se lê: “por sua vez, a universidade está a tornar-se uma empresa burocrática transnacional, quer ligada a instâncias governamentais transnacionais como a União Europeia, quer funcionando independentemente, por analogia com uma empresa transnacional” (p. 13). O outro é o livro de Jacques Derrida (2001/2001) com o título *A Universidade Sem Condição*, onde se afirma:

em rigor, (...) será mais um compromisso declarativo, um apelo em forma de profissão de fé; fé na Universidade e através dela, nas Humanidades de amanhã. (...) Mais além da chamada liberdade académica, esta universidade exige, e deveria ser-lhe em princípio reconhecida, uma liberdade incondicional de questionamento e proposição, e mesmo, o que é mais, o direito de dizer publicamente quanto exigem uma pesquisa, um saber e um pensamento da *verdade*. (p. 9)

O que Moisés de Lemos Martins, Bill Readings (2000/2003) e Jacques Derrida (2001/2001) defendem aproxima-se do que Daniel Innerarity (2008/2011) entende ser “a tirania do presente” (p. 18) e a “cultura da urgência” (p. 40).

A defesa das humanidades e das artes é também um dos desígnios de Silvina Rodrigues Lopes (2021) e de Martha C. Nussbaum (2010/2019). Esta última afirma que a obsessão pelo lucro nacional leva a que os países e os seus sistemas de ensino descartem levianamente as competências necessárias à manutenção de democracias vivas como o pensamento crítico, a imaginação ousada e uma compreensão empática das experiências humanas e uma compreensão da complexidade do mundo em que vivemos. Competências estas que se adquirem no ensino das humanidades e das artes e

que contribuirão para a promoção de um clima de gestão responsável e rigorosa, para uma cultura de inovação criativa e, ao fim e ao cabo, para uma economia e uma cultura empresarial pujantes (Nussbaum, 2010/2019, pp. 38, 44, 47).

Deixando agora os seis textos teóricos, académicos, enquadradores com um certo aparato conceptual, refira-se que os ensaios ou as crónicas revelam um outro contexto de escrita talvez mais atento ao sentido do viver, pessoal e coletivo, como se torna claro em “Um Paraíso Claro e Triste”, em “A Páscoa Como Ensaio Sobre o Humano”, em “Portugal e o Colonialismo”, e “No Caminho de Portugal, a Europa e o Atlântico”.

4.

Pensar Portugal apresenta uma sucessão articulada de temas ou problemas que vão de Portugal e da Europa até à universidade, e os seus textos poderão ser caracterizados como cartográficos ou terapêuticos, na medida em que nos fornecem uma orientação e uma terapêutica a nível científico, comunitário e pessoal. Não encontramos nele uma sombra de *lamentatio*, encontramos rumos para orientação e fármacos para alguns sintomas. A cartografia e a terapêutica orientam-nos ou ocupam-se de nós do ponto de vista científico e existencial, do ponto de vista comunitário e do ponto de vista pessoal, umas vezes com ciência e outras com ironia, quase sempre com serenidade intelectual, de quando em vez quebra com o necessário clamor. O texto “Para uma Nova Teoria dos Média, do Espaço Público e da Opinião Pública” é um texto robustíssimo do ponto de vista estritamente científico. O texto “A Lusofonia e o Desafio de uma Nova Circum-Navegação” é um texto orientador do ponto de vista da nossa existência coletiva. O texto “Um Paraíso Claro e Triste” é um texto notável pelo seu título, pela sua fresca ironia no diagnóstico de um dos sintomas de que enfermamos, pessoal e coletivamente, e contribui, também ele (o sintoma), para continuarmos o país que somos, “um paraíso claro e triste”. O texto “A Páscoa Como Ensaio Sobre o Humano” é um texto exemplar da nossa condição humana e a propósito dele gostaria de dizer o que se segue.

A viagem é, sem dúvida, a melhor metáfora para falar da condição humana e dela encontramos textos de escritores, filósofos e místicos. Hoje sabemos que iniciámos a grande viagem em África como *erectus*, *neandertal* e *sapiens* de tal modo que há quem fale de *homo migrans* e de como o *sapiens* “colonizou” o *neandertal* (Demoule, 2022). A paleogenética fornece-nos dados fantásticos a fim de melhor nos compreendermos e a fim de não absolutizarmos muito aquilo que se enraizou em nós durante alguns séculos e que acaba por ser muito pouco no tempo da humanidade, da vida e do cosmos.

A viagem está ligada a promessa, projeto, utopia e passagem. A viagem encerra errância, dúvida, memória e incerteza, como Moisés de Lemos Martins refere. Enfim, Pascal Picq (2015) afirma:

homo erectus vai pelo mundo, levado pela bipedia performante e animado por novos pensamentos sobre o mundo. As faculdades do Homem não seriam o que são sem os nossos pés e os nossos pés não nos teriam levado tão longe no mundo sem os nossos pensamentos. (pp. 228–229)

Há mais de 70 000 anos, mulheres e homens tomaram a decisão de dar um grande passo em toda a história da humanidade lançando-se para terras forçosamente desconhecidas e fora de vista. Que caminho percorrido desde as terras vermelhas das savanas africanas até às terras de sonho dos aborígenes australianos! De onde vêm estes sonhos, estes pensamentos que levam a nossa espécie *Homo sapiens* a ir para além dos horizontes, das planícies, dos desertos, das montanhas? (Picq, 2015, pp. 230–231)

A própria lusofonia fica a dever-se às viagens efetuadas por um povo que fala português e que, hoje, pode ela mesma estar em viagem, sendo o seu grande desafio, como refere o autor do livro, uma “circum-navegação tecnológica” (p. 53). A viagem já não será de barco ou de avião, mas tecnológica, e poder-se-á colocar a própria lusofonia em viagem porque existem os meios tecnológicos para o efeito. Esta é a originalidade da proposta de Moisés de Lemos Martins que passa pela conceção atualizada, competente, da lusofonia e passa pelo seu projeto em andamento materializando essa conceção no Museu Virtual da Lusofonia. As viagens são mesmo de circum-navegação por onde circula a língua e a cultura das nações lusófonas em espaço universal e aberto.

O oceano reticular e comunicacional tem, também ele, os seus monstros, os seus piratas e as suas ilhas encantadas. Em *Pensar Portugal* reflete-se sobre esse oceano, sobre a tecnologia e sobre a comunicação, propondo-se uma nova teoria dos média que terá mais a ver com a imagem e o sentir, com a sensologia, do que com a palavra e a razão, ou seja, com a racionalidade literária.

O livro contribui para uma presença de Portugal nesse espaço universal e aberto, nesse oceano reticular e comunicacional, como um país que queremos com instituições democráticas desenvolvidas, trabalhando, de um modo claro, para uma maioria económica, científica, cultural e social.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. (2005). *Repensar Portugal*. Multinova.
- Bachelard, G. (1996). *A formação do espírito científico* (E. dos S. Abreu, Trad.). Contraponto. (Trabalho original publicado em 1938)
- Barradas de Carvalho, J. (1981). *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Livros Horizonte.
- Bessis, F. (2009). L'institution comme réalisation du collectif. *Tracés*, 17(2), 73–87.
- Damásio, A. (2020). *Sentir & saber – A caminho da consciência*. Temas e Debates.
- de Munck, J. (1999). *L'institution sociale de l'esprit*. PUF.
- de Quental, A. (1979). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Ulmeiro.
- Deleuze, G. (1990). *Pourparlers*. Les Éditions du Minuit.
- Demoule, J.-P. (2022). Homo migrans. *De la sortie d'Afrique au grand confinement*. Payot.

- Derrida, J. (2001). *A universidade sem condição* (A. L. Diogo, Trad.). Angelus Novus. (Trabalho original publicado em 2001)
- Dias, J. (1961). Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. *Ensaios Etnológicos*, 52, 97–119.
- Dubet, F. (2002). *Le déclin de l'institution*. Éditions du Seuil.
- Durand, G. (1997). *Imagens e reflexos do imaginário português*. Hugin.
- Gil, J. (2004). *Portugal, hoje. O medo de existir*. Relógio D'Água.
- Gil, J. (2009). *Em busca da identidade. O desnorte*. Relógio D'Água.
- Innerarity, D. (2011). *O futuro e os seus inimigos* (M. Ruas, Trad.). Teorema. (Trabalho original publicado em 2008)
- Lopes, S. R. (2021). *O nascer do mundo nas suas margens*. Edições Saguão.
- Lourenço, E. (1978). *O labirinto da saudade – Psicanálise mítica do destino português*. Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, E. (1990). *Nós e a Europa ou as duas razões*. NCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lourenço, E. (1999). *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Gradiva.
- Martins, M. de L. (1996). *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*. Afrontamento.
- Martins, M. de L. (2016). *O olho de Deus no discurso salazarista*. Afrontamento (Trabalho original publicado em 1990)
- Martins, M. de L. (2021). *Pensar Portugal - A Modernidade de um país antigo*. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.61>
- Mattoso, J. (1985). *Identificação de um país* (Vol. I e II). Editorial Estampa.
- Mattoso, J. (1998). *Identidade nacional*. Gradiva.
- Nussbaum, M. C. (2019). *Sem fins lucrativos, porque precisa a democracia das humanidades* (H. Barros, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 2010)
- Pessoa, F. (1978). *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*. Ática.
- Picq, P. (2015). *La marche. Sauver le nomade qui est en nous*. Éditions Autrement.
- Readings, B. (2003). *A universidade em ruínas* (J. Frazão, Trad.). Angelus Novus. (Trabalho original publicado em 2000)
- Real, M. (2017). *Traços fundamentais da cultura portuguesa*. Planeta.
- Sérgio, A. (1981). *Breve interpretação da história de Portugal*. Livraria Sá da Costa.
- Teixeira de Pascoaes. (1920). *Arte de ser português*. Delraux.
- Torga, M. (1965). *Poemas ibéricos*. Coimbra Editora.
- Torga, M. (1980). *Portugal*. Coimbra Editora.

NOTA BIOGRÁFICA

António Pinto da Cruz é professor aposentado de filosofia. Foi diretor da Escola Secundária António Damásio, do Agrupamento de Escolas Santa Maria dos Olivais, Lisboa.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9247-8308>

Email: antoniopacruz@gmail.com

Morada: Escola Secundária António Damásio, Av. Dr. Francisco Luís Gomes, 1800-181 Lisboa

Submetido: 30/01/2023 | Aceite: 01/03/2023



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.